

25 OUT 2011

FOLHA DE LONDRINA

Juízes do PR fazem campanha para 'recuperar autoestima'

Mobilização organizada pela Associação dos Magistrados é uma reação às declarações da corregedora nacional de Justiça

Curitiba - Em reação à declaração da corregedora nacional de Justiça, Eliana Calmon, de que existem "bandidos de toga" no Judiciário, juízes do Paraná lançaram nesta semana uma campanha de valorização da magistratura, afirmando serem "vítimas de injustiças". "Já viu alguém ser condenado antes de qualquer julgamento? Infelizmente, é o que tem acontecido com os juízes no Brasil", afirma o texto principal da campanha.

O texto menciona que há uma "tendência que, das mais diversas formas, tenta culpar os juízes pelas falhas e pela morosidade dos julgamentos". A campanha é uma iniciativa da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) e tem o apoio da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) - instituição que quer reduzir o poder de fiscalização do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o argumento de que as corregedorias dos tribunais é que devem atuar nesse sentido.

As declarações de Eliana Calmon, feitas no final de se-

tembro durante uma entrevista em defesa do CNJ, foram a "gota d'água" para dar início à campanha, de acordo com o presidente da Amapar, Gil Guerra. Para ele, as declarações da corregedora foram "desastrosas" e "pecaram pela generalidade". Guerra diz que o objetivo da campanha, chamada "Olhos Abertos", é, além de recuperar a autoestima da categoria, resgatar a relação dos magistrados com a população. "Que as pessoas abram os olhos e nos vejam como seres humanos", diz.

Embora afirme que a campanha não tem relação com a luta pelo reajuste do Judiciário, Guerra expõe, entre seus argumentos, que a carga de trabalho de um juiz é "sobre-humana" e que todas as categorias têm recomposição salarial anual, à exceção dos juízes.

FOLHA DE LONDRINA

Falha do TRE mantém Bernardo Carli na AL



25 OUT 2011

O tucano foi cassado por inconsistência na prestação de contas da última campanha eleitoral

Curitiba - Um erro formal do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná mantém o deputado estadual Bernardo Ribas Carli (PSDB) no cargo. Na semana passada, o TRE cassou o mandato do deputado, acusado pelo Ministério Público Eleitoral (MPE) de fazer "caixa dois" nas eleições de 2010, por causa de uma inconsistência no pagamento de cabos eleitorais, que aparecia na prestação de contas do deputado. No entanto, na sentença emitida pelo TRE informando à Assembleia Legislativa (AL) do Paraná da decisão, o TRE se referiu à perda do mandato de Carli como "suplente de deputado federal" e não como deputado estadual.

Por esse motivo, o presidente da Casa, deputado Valdir Rossoni (PSDB), resolveu encaminhar a sentença à procuradoria jurídica da AL. "Foi um equívoco do despacho. Para nós vale o que está escrito. A procuradoria vai nos conceder um parecer para que possamos tomar as medidas legais", afirmou Rosso-

ni. O deputado Reni Pereira (PSB) pediu que a procuradoria cobrasse explicações do TRE. "A sentença não é clara", disse.

O peemedebista Caíto Quintana saiu em defesa de Bernardo Carli. "Não é corporativismo, mas a pressão pela decisão é tamanha que até chegaram a errar. O direito à defesa tem que acontecer, um mandato parlamentar tem respaldo de uma população inteira", defendeu. O próprio Bernardo Carli, no entanto, não se pronunciou durante a sessão sobre o assunto.

O juiz Marcelo Malucelli, relator do processo de cassação no TRE, corrigiu o erro na sessão de ontem do tribunal.

A assessoria de imprensa do TRE explicou que a troca na denominação não altera em nada a decisão e que não será preciso julgar o caso novamente. O texto corrigido da sentença deve ser encaminhado ainda hoje à AL. O suplente de Carli é Antonio Carlos Salles Belinati (PP), filho do ex-prefeito de Londrina Antonio Belinati (PP).

25 OUT 2011

FOLHA DE LONDRINA

Multas **MAZZA**

Mais de cem liminares já foram concedidas a motoristas infratores por causa da decisão do TJ que proíbe Urbs-Diretrañ de exercer poder de polícia. Ontem houve um pedido de inquérito no Ministério Público por causa da execução sumária de multas mesmo quando a matéria estava pendente de recurso.

CLÁUDIO HUMBERTO

STF vota Ficha Limpa em novembro

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, concluiu no fim de semana o voto, como relator, do mérito da Lei Ficha Limpa, que barra candidatos condenados na Justiça. Fux é a favor da aplicabilidade da lei para as eleições municipais. Ele reavaliou ponto por ponto da lei, para redigir um texto que busque o consenso dos colegas. Espera-se a votação na primeira quinzena de novembro.

Ser ou não ser

Foi o próprio Fux quem deu o convincente voto de minerva pela derrubada da aplicação da lei para as eleições de 2010.

Data venia

O ministro entregará o voto ao presidente do Supremo, ministro Cezar Peluso, para que ele decida a inclusão na pauta ainda este ano.

Bota fora

Nos bastidores da toga, há expectativa da corte em decidir logo a situação. Três senadores barrados na eleição vão tomar posse.

FOLHA DE LONDRINA

25 OUT 2011

AL corta gratificações suspeitas

Curitiba - A folha de pagamento deste mês da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná virá com o corte de cinco verbas irregulares que até então eram pagas aos funcionários aposentados da Casa: gratificações, vale-transporte, vale-refeição, férias e abono de permanência. Passados os 30 dias de prazo estipulado pela presidência da AL para que os aposentados apresentassem comprovações sobre os valores que recebem, ainda restam 15 procuradores cujos documentos apresentaram inconsistências.

Esses funcionários serão convocados a prestar esclarecimentos e completarem a documentação necessária. O salário recebido por eles não corresponde ao valor do cargo pelo qual foram aposentados, segundo o Legislativo. Em alguns casos, falta até o número de registro junto à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), informa o presidente da AL, deputado Valdir Rossoni (PSDB). "A procuradoria jurídica da Casa reforça que os servidores terão amplo direito de defesa e prazo para regularizar a documentação, quando isso for possível", informa nota oficial da presidência da AL, sem definir qual é essa data-limite. Por enquanto, a AL não informou qual será o valor economizado pelo corte dos benefícios aos aposentados. "Teremos essa quantia assim que for fechada a folha de pagamento", avisou Rossoni.

Ação pretende impedir obras da Techint

Curitiba - O Ministério Público Federal (MPF) em Parana-guá e o Ministério Público do Estado do Paraná (MP-PR) ajuizarão, ação civil pública conjunta, com pedido de liminar, para que sejam proibidas obras ou atividades de ampliação das instalações da empresa Techint Engenharia e Construção S.A. no balneário de Pontal do Sul (litoral do PR), sem a prévia realização de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).

Segundo o MP, o objetivo é evitar a continuidade do descumprimento da legislação ambiental, uma vez que tais obras podem causar danos ambientais irreparáveis ou de difícil reparação. No documento, os MPs também pedem a suspensão da validade das licenças e autorizações ambientais irregularmente concedidas pelo Instituto Ambiental do Paraná para a ampliação da Techint. Os responsáveis pela ação, proposta em 18 de outubro, são o procurador da República Alessandro José Fernandes de Oliveira, pelo MPF, e os promotores de Justiça Sérgio Luiz Cordoni e Alexandre Gaio, pelo MP-PR.

Ainda de acordo com o MP, a empresa pretende fazer obras que envolvem supressão de vegetação, dragagem, aterro e terraplanagem para instalação e implantação da Base de Montagem de Tubos Rígidos para apoio à extração de petróleo e gás natural e que deverá conter, ainda, um píer marítimo para navios de grande porte. A empresa foi procurada pela reportagem, mas não retornou até o fechamento desta edição.

25 OUT 2011

FOLHA DE LONDRINA

Preso acusado de mandar matar mãe e filha

A Polícia Civil de Londrina apresentou ontem pela manhã o acusado de ser o mandante dos assassinatos de Daniele Madureira de Souza, 27 anos, e de sua filha, de 5, em Florestópolis (Norte). O duplo homicídio aconteceu em 28 de agosto. Lourival Pereira da Silva, 42 anos, foi preso na sexta-feira, em Itaquaquecetuba, no interior de São Paulo.

De acordo com o delegado-chefe da 10ª Subdivisão Policial de Londrina, Márcio Amaro, a motivação do crime teria sido um depoimento de Daniele em um processo de homicídio contra Silva, do qual ele acabou inocentado. "Ela foi ameaçada inclusive dentro do Fórum. O testemunho nem chegou a ocorrer, porque no dia o juiz suspendeu a audiência, mesmo assim ela foi morta. Quanto à criança não sabemos se foi um acidente ou se ele ordenou a morte dela também", explicou.

A polícia chegou a Silva depois de prender Silas de Souza, 23 anos, no dia 31 de agosto e mais um rapaz que teria conversado com Souza no dia do crime. Souza é apontado pela polícia como o autor dos disparos. "Eles contaram que



Márcio Amaro, delegado-chefe: "Ela (a vítima) foi ameaçada inclusive dentro do Fórum"

foi o Lourival quem ordenou o crime e deram detalhes. Daniele também contou, enquanto era socorrida, de que ele era o mandante", contou Amaro.

Silva negou as acusações e disse ter ido ao interior de São Paulo para trabalhar. Além da acusação de homicídio do qual a vítima era testemunha, Silva já cumpriu 12 anos de prisão em São Paulo, por assalto e é investigado por tráfico de drogas.

A polícia apura também se Silva teria ligação com uma facção criminosa, já que não age sozinho. O acusado também ostenta uma tatuagem de palhaço, o que no meio carce-

rário, segundo o delegado, indicaria que a pessoa é envolvida em casos de morte de policiais. De acordo com Amaro, Silva pode pegar até 30 anos de prisão pelo crime de homicídio duplamente qualificado.

O crime aconteceu no dia 28 de agosto. Daniele estava com a filha no Centro de Florestópolis quando, de acordo com a polícia, Souza passou em uma moto com outro rapaz e atirou nas duas. A criança morreu no mesmo dia e a mãe chegou a ser socorrida e levada para a Santa Casa de Londrina, mas não resistiu e morreu no dia seguinte.

25 OUT 2011

FOLHA DE S. PAULO

Conselheiro do CNJ apoia a greve dos magistrados

**Tourinho Neto, do TRF-1, defende o
represamento de ações contra a União**

**A posição do juiz colide
com a do presidente do
CNJ, Cezar Peluso, que
considera inadequada a
manifestação da Ajufe**

FREDERICO VASCONCELOS
DE SÃO PAULO

O juiz Fernando Tourinho Neto (Tribunal Regional Federal da 1ª Região), membro do Conselho Nacional de Justiça, enviou mensagem a uma lista de discussão na internet clamando juízes federais a represarem ações contra a União e a paralisarem os trabalhos em 30 de novembro.

Tourinho assina o texto como vice-presidente da Ajufe (Associação dos Juizes Federais do Brasil) e sugere que os magistrados se inspirem "na coragem e no destemor" da presidente Dilma Rousseff.

"A presidente Dilma, guerreira admirável, na época dos governos militares foi, com seus bravos companheiros, à luta, pegou em armas, para restabelecimento do Estado democrático de Direito", diz.

Sua posição colide com a

do presidente do CNJ, Cezar Peluso, que considerou inadequada a manifestação.

Tourinho diz que se algum processo sobre a greve for levado ao CNJ, ele não participará do julgamento.

Segundo ele, Peluso "não poderia proibir a paralisação, justo direito de todo servidor". Ele avalia que o presidente do STF só alertou para consequências. "Quem participa de um movimento partidista assume a luta. Quem for mais forte ganhará", diz.

Tourinho foi indicado ao CNJ neste ano pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça). Ele critica a decisão do presidente do tribunal, ministro Ari Pargendler, que instaurou processo administrativo no Conselho da Justiça Federal para apurar a mobilização.

Ele diz que Pargendler foi "equivocado, partiu para o enfrentamento. As ameaças não farão o juiz federal meter o rabo entre as pernas".

Quando foi presidente da Ajufe e corregedor do TRF-1, Tourinho liderou uma greve abortada por liminar concedida pelo então presidente do Supremo, Nelson Jobim.

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

25 OUT 2011

EMBATE NO JUDICIÁRIO

Magistrados discutem sobre efeitos da paralisação dos serviços,

que deve durar até o final de novembro



“ Transmita a magistrados
minha preocupação
quanto à inadequação da
iniciativa, que certamente
trará impactos negativos à
imagem da magistratura

CEZAR PELUSO
presidente do STF, em carta
aos corregedores



“ À vista da notícia de que
juízes federais
reprearão intimações da
União, (...) o presidente do CFJ
determinou autuação de
processo administrativo

ARI PARGENDLER
presidente do Conselho da Justiça
Federal, em nota



“ A presidente Dilma (...)
foi à luta para
restabelecimento do Estado
democrático de Direito. (...) O
comportamento de Sua
Excelência é um exemplo

FERNANDO TOURINHO NETO
juiz do Tribunal Regional
Federal da 1ª Região

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

ANÁLISE JOAQUIM FALCÃO 25 OUT 2011

Associação passa por julgamento social e precisa provar que mobilização é justa

Afinal de contas o que está em jogo nesta decisão da Ajufe (Associação dos Juizes Federais do Brasil) de entrar em greve agora no dia 30 de novembro? A primeira vista está em jogo mais uma reivindicação por maiores salários.

Mas só a primeira vista. O que está em jogo é algo muito mais grave. É a crescente dissociação política e administrativa entre algumas lideranças judiciais e o senso comum, perceptível até no desencontro das palavras.

Enquanto os juizes falam de paralisação, a sociedade tem certeza que eles falam mesmo é de greve.

Quando os juizes dizem que represarão intimações e notificações, a União e a sociedade entendem que eles estão ameaçando o governo e retardando processos.

Enquanto os juizes defendem a volta de adicional de tempo de serviço, e auxílio-moradia, a sociedade sabe que estão pretendendo mais dinheiro. Qual é a importância destas diferenças?

Os juizes usam as palavras paralisação, adicionais, auxílio e represamento porque sabem que as palavras greve, aumento de salário e retardamento são proibidas nas leis.

O juiz que adiar a intimar ou notificar a União, como o Presidente da Ajufe diz que vai fazer, viola a lei de improbidade administrativa que diz: o juiz que retardar ou deixar de praticar indevidamente ato de officio é improbo.

Viola a Lei de Organização da Magistratura, que também determina que é dever do magistrado não somente comparecer pontualmente à hora de iniciar-se o expediente, como não exceder injustificadamente os prazos para sentenciar ou despachar.

Não é por menos que o Ministro Ary Pargendler, do STJ, pretende processar juizes que evidenciarem estas condutas.

Nesta decisão de greve, os juizes passaram de julgadores para julgados pela sociedade. Neste julgamento, como em qualquer outro, a tarefa da Ajufe é demonstrar que o que pedem é legal. E se acima de legal, é justo. E se acima de justo, é ético.

Neste momento, a Ajufe conta com a veemente resposta contrária dos seus próprios superiores, Ministro do STF e do STJ. Com o silêncio de milhares de juizes constangidos e com a indignação da opinião pública.

Faltam 36 dias para provar o contrário. Provar ao senso comum que o que reivindicam é legal e justo.

JOAQUIM FALCÃO é professor de direito constitucional da FGV Direito-Rio

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

PANO PARA TOGA 25 OUT 2011

Mais um nome no páreo para a vaga de ministra do Supremo Tribunal Federal, aberta após a aposentadoria de Ellen Gracie: a advogada tributarista pernambucana Mary Elbe Queiroz, 53. Ela se apresenta como “candidata independente” e tem apoio de entidades como o Conselho Federal de Contabilidade e o Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita — além do governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB).

25 OUT 2011

FOLHA DE S. PAULO

TSE mostra que país tem mais de 15 milhões de eleitores filiados

DE SÃO PAULO - Há 15.381.121 eleitores filiados a um dos 29 partidos políticos no Brasil, segundo informações do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

A grande maioria está concentrada em sete partidos, somando 10,4 milhões.

São eles: PMDB (2,4 milhões); PT (1,6 milhão); PP e PSDB (1,4 milhão); e PDT, PTB e DEM (1,2 milhão).

O prazo para que os partidos informassem a lista de filiados terminou em 14 de outubro. O PT foi a sigla que teve maior

número de novas filiações no período: 155 mil eleitores.

Com 149 mil inscrições, o recém-criado PSD, do prefeito Gilberto Kassab, foi o segundo partido com maior número de novas filiações.

Já os eleitores que optaram por se desvincular de partidos políticos nos últimos seis meses somaram 560 mil.

O partido que registrou maior número de desfiliações foi o PMDB, com 86 mil baixas. Em seguida aparece o PSDB, com 60 mil.

25 OUT 2011

FOLHA DE S. PAULO

Facção criminosa já atua em 16 Estados

PCC se associa a grupos locais ou cria 'filiais'; repressão em SP e expansão dos negócios são apontados como causa

Levantamento foi feito com promotores, delegados e secretários de Segurança; ações vão de roubo a tráfico

Tráfico de drogas no Rio Grande do Sul, assalto a banco em Alagoas, roubo de carga no Ceará e lavagem de dinheiro em Mato Grosso. Em comum, esses crimes têm a participação da facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital).

Levantamento feito pela Folha com promotores, delegados, policiais federais e secretários de Segurança apontou atuação do PCC em 16 Estados (AL, BA, CE, MA, MG, MS, MT, PB, PE, PI, PR, RN, RS, SE, SP e TO). O número é o dobro do constatado pela CPI do Tráfico de Armas da Câmara em 2006.

A expansão é atribuída principalmente a fatores econômicos (mais negócios) e a mudanças em sua hierarquia.

Para autoridades, a migração ganhou força a partir de 2006, ano dos ataques da facção em SP, graças ao aumento da repressão no Estado e à busca por novos mercados.

"O vínculo aqui começou há quatro anos, quando presos maranhenses foram para presídios federais e tiveram contato com criminosos do PCC", afirmou Aluísio Mendes, secretário de Segurança Pública do Maranhão.

Segundo ele, quando retornaram ao Estado, os presos "vieram com a ideia de fundar uma célula do PCC" e criaram o PCM (Primeiro Comando do Maranhão).

O mesmo ocorreu em Alagoas. Segundo o delegado Paulo Cerqueira, da Deic (Divisão Especial de Investigação e Captura), o PCC se infiltrou a partir de 2009.

Para o coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da USP, Sérgio Adorno, a descentralização do PCC favorece seu crescimento porque o comando pode ser reconstruído quando algum membro é preso ou sai da organização.

Nos Estados, autoridades e especialistas afirmam que o PCC tem dois modos de atuação. O primeiro é a associação com grupos criminosos locais, que oferecem pessoal e recebem, em troca, armas, know-how e drogas.

Em Pernambuco, a PF desarticulou, em fevereiro, uma quadrilha ligada à facção que distribuía drogas com vans e motoboys para BA, PI e CE, a partir de Salgueiro (PE).

O segundo modo de atuação é a criação de uma espécie de filial.

Em geral, os novos aliados são arregimentados dentro de presídios por criminosos do PCC oriundos de outros Estados, que foram transferidos ou presos na região.

Como forma de atrair novos membros, a facção oferece apoio jurídico e financeiro para parentes ou faz ameaças violentas, como detectado em prisões do PR.

Segundo autoridades de AL e CE, grupos criminosos locais enviam dinheiro para

contas de laranjas ligados ao PCC. "Há várias pessoas do PCC aqui no Estado que mandam 20% de todas as operações para São Paulo", afirmou Francisco Crisóstomo, do Departamento de Inteligência Policial do Ceará.

25 OUT 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Informe Judiciário

Novo desembargador toma posse no TJPR



O novo desembargador Marcelo Gobbo Dalla Déa (de frente) é cumprimentado pelo presidente do TJ, desembargador Miguel Kfourir Neto.

O magistrado Marcelo Gobbo Dalla Déa foi empossado na tarde do dia 18 de outubro no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná. A solenidade de posse aconteceu no auditório do 10º andar do Palácio da Justiça, em Curitiba. Marcelo Gobbo Dalla Déa foi eleito no dia 7 de outubro para ocupar a vaga do desembargador João Kopytowski, que se aposentou compulsoriamente em setembro. Dalla Déa nasceu em Ponta Grossa e se formou na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná em 1986. Em 2008 conquistou o título de mestre em Direito Penal pela Unipar. Ele atua como professor de Direito Penal em faculdades paranaenses e na Escola da Magistratura do Paraná (Emap). O magistrado é o atual responsável pela supervisão geral de Tecnologia de Informação e Comunicação do TJPR. O desembargador ingressou na magistratura em 11 de abril de 1989 e atuou como juiz substituto na Comarca de Francisco Beltrão, de 1989 a 1990. Como juiz titular, atuou nas Comarcas de Salto do Lontra (1990 a 1991), Capanema (1991 a 1994) e Foz do Iguaçu (1994 a 2011). Foi diretor da Escola da Magistratura do Paraná em Foz do Iguaçu, de 2003 a 2010. É integrante do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim), da Associação Brasileira de Professores de Ciências Penais e do Fórum Nacional de Juizados Especiais.

CONTINUA

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CONTINUAÇÃO

25 OUT 2011

Treinamento em Conciliação

Tribunais de Justiça de 24 Estados receberão, nos próximos meses, equipes de instrutores do CNJ que vão ministrar cursos básicos de mediação e conciliação a servidores. A intenção é não apenas capacitar mediadores e conciliadores para atuarem diretamente nos centros e núcleos de conciliação, mas também identificar servidores que tenham interesse em se tornarem futuros multiplicadores das práticas de mediação e conciliação. A medida visa atender a política nacional de conciliação e mediação determinada pela Resolução 125 do CNJ. Aqui no Paraná, o curso, com 24 vagas e duração de 40 horas, deverá ser realizado ainda neste ano, possivelmente em dezembro, na Capital, com apoio da Emap e da Eseje. Os servidores do Judiciário Estadual Paranaense, incluídos os dos Juizados Especiais, de ambos os graus de jurisdição, que tiverem interesse e que se sentirem com perfil para atuar nessa área conciliadora e multiplicadora podem se inscrever desde já, através de e-mail a conciliar@tjpr.jus.br e eseje@tjpr.jus.br, informando os seguintes dados: nome completo, idade, formação, lotação, e-mail, telefone e se já atuou em conciliação. Eventuais dúvidas podem ser esclarecidas pelos telefones 3200-2764 (gabinete do desembargador Valter Ressel) e 3200-2409 (Eseje).

Juizado Especial

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfoury Neto, instalou na quinta-feira (20), o Juizado Especial Cível e Criminal do Foro Regional de Campina Grande do Sul da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. A solenidade de instalação aconteceu às 17h30 na Câmara de Vereadores.

Fonavid

Mato Grosso sediará o III Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (Fonavid), que será realizado de 23 a 25 de novembro em Cuiabá. A organização do evento está sob a responsabilidade do Tribunal de Justiça do Mato Grosso, que se prepara para receber magistrados e profissionais que atuam nas varas de violência doméstica contra a mulher de todo o Brasil. As inscrições podem ser feitas pelo site www.tjmt.jus.br. Em uma das reuniões que antecedem o evento em Mato Grosso, a presidente do Fonavid, juíza do Juizado de Violência Doméstica e Familiar de Curitiba (PR), Luciane Bortoleto, mencionou que esta edição deve superar as duas anteriores. O TJMT é pioneiro na instalação de Varas contra a Violência Doméstica e foi citado como importante fortalecedor da lei.

Inscrições - Para participar, os magistrados e servidores do judiciário interessados devem acessar o site www.tjmt.jus.br, clicar no banner do III Fonavid. No lado esquerdo da nova página, específica sobre o evento, existe um link que oportuniza a realização da inscrição e confirmação da presença no Fórum. Para oficializar a participação, basta seguir o passo-a-passo, que ensina como proceder. As vagas são destinadas a juízes e profissionais que compõem as equipes multidisciplinares que atuam nesse segmento. Não há custos.

Carta precatória eletrônica

A partir do dia 20 de outubro de 2011, os sistemas informatizados do cartório criminal (SICC) e o sistema de processo virtual (PROJUDI) contarão com ferramenta que agilizará o trâmite dos processos: a carta precatória eletrônica. A novidade, além de acelerar o cumprimento dos atos, pois a transmissão da carta precatória será imediata, acarretará em redução das despesas postais e com impressão, em razão da desnecessidade de autuação das deprecatas. A normatização dos respectivos procedimentos está sendo realizada pela Corregedoria-Geral da Justiça, que já expediu dois ofícios-circulares a respeito.

CONTINUA

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CONTINUAÇÃO

25 OUT 2011

Palestra

O magistrado Fábio Ribeiro Brandão, dirigente da Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Paraná, fez palestra na tarde de terça-feira (18) no Seminário Regional Sudeste da Associação Brasileira dos Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP), que aconteceu no Rio de Janeiro. O tema da palestra foi "O Direito à Convivência Familiar de Crianças e Adolescentes em Acolhimento no Contexto do SUAS. Desafios para o Reordenamento de Entidades de Acolhimento Institucional em Âmbito Nacional. O público da palestra no Rio de Janeiro era composto por magistrados, promotores de Justiça, defensores públicos, conselheiros tutelares, psicólogos, pedagogos e assistentes sociais. Também representando o Tribunal de Justiça do Paraná, o juiz Fábio Ribeiro Brandão palestrou recentemente no Congresso da Associação Nacional de Conselheiros Tutelares - Região Sul, realizado em Joinville (SC), e no Seminário do Núcleo de Estudos dos Direitos das Crianças e Adolescentes, realizado em Porto Alegre (RS).

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MOVIMENTO

Ajufe 25 OUT 2011 comunica Peluso sobre "operação-padrão"

Ofício enviado ao STF confirma paralisação
no dia 30 de novembro

O presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Gabriel Wedy, enviou hoje um ofício ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cezar Peluso, confirmando oficialmente que os juizes federais vão fazer uma paralisação no dia 30 de novembro, além de repesarem as ações da União até o dia 29 de novembro. "O movimento dos juizes federais ocorre em defesa das sucessivas e constantes violações aos direitos e prerrogativas constitucionais da magistratura", informou Wedy na nota.

Peluso manifestou, esta semana, sua "preocupação" com as medidas, que considera "inadequadas". O ofício também foi encaminhado ao presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Ari Pargendler, que abriu um procedimento administrativo para analisar o caso na condição de presidente do Conselho da Justiça Federal (CJF).

Mesmo com o tom de reprovação da cúpula do Judiciário, alguns juizes já começaram a chamada "operação-padrão". É o caso do titular da Vara Federal em Três Rios, região central fluminense, Caio Taranto, que começou a separar os processos de interesse da União. "Nós estamos,

estruturando os processos para que tenha um grande lote no dia 29 de novembro. O cidadão pode ficar despreocupado porque não haverá prejuízo para ele, pois os processos urgentes serão apreciados", disse o juiz.

De acordo com Taranto, sua comarca tem cerca de 8 mil processos, e acredita que pelo menos mil deles sejam retidos até o dia 29 de novembro. O magistrado garante que não teme qualquer represália pela atitude. "Se não lutarmos pelo nosso direito, não temos condições de julgar o direito de ninguém. Temos o dever de defender a Constituição".

Os juizes federais cobram mais segurança, estrutura de trabalho, saúde, previdência e política remuneratória, que inclui equidade com o Ministério Público Federal, reintrodução dos adicionais por tempo de serviço e auxílio moradia para juizes e desembargadores.

25 OUT 2011
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
CONTINUAÇÃO



O presidente do Supremo Tribunal Federal, Cezar Peluso, manifestou sua "preocupação" com as medidas, que considera "inadequadas".

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Para STJ, tarifas de crédito e emissão de carnê são legais

25 OUT 2011

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que é legítima a cobrança de tarifas de abertura de crédito (TAC) e de emissão de carnê (TEC) quando estão expressamente previstas em contrato. Somente com a efetiva demonstração de vantagem exagerada do agente financeiro é que essas cobranças podem ser consideradas ilegais e abusivas.

A decisão ocorreu no julgamento de recurso especial interposto pelo ABN AMRO Bank contra decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), que considerou ilegal a cobrança das referidas taxas.

O ministro Luis Felipe Salomão, relator do recurso, afirmou que essa cobrança não é vedada pelo Conselho Monetário Nacional e tem natureza de remuneração pelo serviço prestado pela instituição financeira ao consumidor. Como não foi demonstrada a obtenção de vantagem exagerada pelo banco, foi dado parcial provimento ao recurso para reconhecer a legitimidade da cobrança das duas tarifas.

Capitalização

O banco também contestou a tese de que a capitalização de juros seria ilegal, por não estar expressamente prevista no contrato. Alegou que a capitalização dos juros no cálculo das prestações poderia facilmente ser identificada pelo consumidor ao ser informado sobre os juros mensais e anuais, conforme demonstrado na transcrição de atendimento por telefone.

Para o ministro Luis Felipe Salomão, o TJRS aplicou corretamente o artigo 46 do Código de Defesa do Consumidor, que proíbe a incidência de normas implícitas ou de difícil compreensão. "Se o referido artigo veda instrumentos redigidos de forma a dificultar a compreensão, com muito mais razão há de vedar a mera informação das taxas de juros via telematendimento e, mais ainda, que o consumidor deva delas inferir a pactuação da capitalização", entendeu o relator.

GAZETA DO POVO

Sínteses – Previdência Complementar para os servidores públicos do Paraná

ESTEFÂNIA MARIA DE QUEIROZ BARBOZA

Justiça Social? 25 OUT 2011

No Brasil, os sistemas de Previdência Social existentes, ao invés de produzir, ou ao menos buscar, uma igualdade e justiça social, só fizeram reproduzir as desigualdades iniciadas pelo modelo de crescimento econômico

O Brasil vem passando por grandes mudanças na área da Previdência Social, motivadas, entre outros fatores, pelo aumento da expectativa de vida dos cidadãos, a crise do sistema de repartição, na qual os segurados contribuíam o suficiente apenas para o cumprimento das obrigações daquele exercício financeiro, os privilégios concedidos ao funcionalismo público, e ainda pela má-gestão do dinheiro público.

No Brasil, onde se tem uma população heterogênea, os sistemas de Previdência Social existentes, ao invés de produzir, ou ao menos buscar, uma igualdade e justiça social, só fizeram reproduzir as desigualdades iniciadas pelo modelo de crescimento econômico.

Quais seriam, então, os mecanismos a serem utilizados para diminuir endividamento público relacionado ao financiamento dos sistemas de Previdência Social?

Existem duas correntes para a reforma da Previdência Social. A primeira corrente prioriza a necessidade de novos sistemas públicos de repartição, procurando uma relação mais apropriada atuarialmente entre o custeio e os benefícios, entre os montantes destinados a um regime e as prestações concedidas. A segunda defende a troca do modelo de repartição por um modelo baseado sobre a capitalização das contribuições pagas, em contas individuais geridas por instituições privadas, permitindo a satisfação das necessidades da proteção quando da aposentadoria. Em ambos os casos o que se procura é atender as promessas de modo suportável, para que seja eficaz no futuro.

Assim, o principal desafio consiste na aproximação do Regime de Previdência dos servidores públicos (RPPS) ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS), o que vem sendo construído desde 1998, quando da primeira grande reforma da previdência pela Emenda Constitucional 20. Naquele momento já se estabeleceu a possibilidade da União, dos estados,

do Distrito Federal ou dos municípios de limitar os valores pagos a título de aposentadorias ou pensões ao teto do RGPS desde que fosse instituído regime de previdência complementar para seus respectivos servidores.

É neste sentido que vem a notícia de que o governo do estado do Paraná estuda a possibilidade de criação de previdência complementar para seus servidores como meio de limitar os benefícios ao teto do RGPS, hoje em R\$ 3.691,74. Assim, o servidor, para receber além do teto referido, deverá prover contribuições adicionais para a Entidade Fechada de Previdência Complementar a ser criada.

Veja-se que essa regra só será válida para os servidores que ingressarem no serviço público após a instituição do referido plano de previdência complementar e os atuais servidores poderão dele participar se assim optarem.

A Lei Complementar 109/2001 já havia estabelecido alguns parâmetros para Regime de Previdência Complementar, como por exemplo, que os planos de benefícios só podem funcionar no Regime de Contribuição Definida, o que significa que os riscos são repassados aos participantes. Assim, o servidor obterá o direito ao benefício a partir da reserva que tiver acumulado na data de sua aposentadoria, tendo em conta para isso sua expectativa de sobrevida.

Por outro lado, se a contribuição for de até 11% (foi noticiada a alíquota de 7,5%) em nada impacta no custeio que o atual servidor, já faz para o sistema e que lhe dá direito à média das 80% maiores remunerações desde 1994. O que se deve procurar é dar transparência para as vantagens e desvantagens tanto para os servidores como para o próprio governo. Qualquer impacto negativo nas contas diz respeito à toda população.

De qualquer modo, não se pode macular a proposta de previdência complementar de inconstitucional ou prejudicial aos servidores públicos, ou de violar direitos adquiridos. Se feita nos moldes do que determina a Constituição e a Legislação Federal que trata do tema sua implementação virá justamente realizar os princípios constitucionais da solidariedade, da justiça social e, especialmente, da equidade.

Estefânia Maria de Queiroz Barboza, advogada, é professora de Direito Constitucional dos cursos de graduação e mestrado da UniBrasil.

GAZETA DO POVO

HEITOR RUBENS RAYMUNDO

Do rombo ao 25 OUT 2011 novo plano de custeio

A ParanaPrevidência deveria estar arrecadando o dinheiro suficiente para bancar todos os benefícios quando os da ativa se aposentarem, mas não está

Quando foi criada a ParanaPrevidência, em 1998, foi feito um cálculo projetando o quanto seria necessário arrecadar, mês a mês, para que o sistema pudesse sustentar as aposentadorias e pensões dos servidores públicos estaduais que vão receber tais benefícios no futuro. Esse estudo apontou, para a viabilidade financeira da ParanaPrevidência, uma alíquota de 21,93% de contribuição previdenciária.

A ParanaPrevidência deveria estar arrecadando o dinheiro suficiente para bancar todos os benefícios quando os da ativa se aposentarem, mas não está. Esse valor a menos é chamado de déficit atuarial que hoje, segundo o governo, está em R\$ 3,4 bilhões. Tal valor é referente apenas à parte que o governo deixou de recolher, pois a contribuição dos servidores é compulsoriamente recolhida em folha de pagamento e, pelo menos teoricamente, repassada imediatamente ao sistema previdenciário.

A Lei 12.398/98 que criou a ParanaPrevidência prevê uma contribuição dos servidores, ativos e inativos, e uma contrapartida do Estado. O artigo 83 diz que o Estado deveria pagar para o fundo 10% sobre os salários até R\$ 1.200, e 14% sobre os salários dos servidores que ganham acima disto. A contrapartida dos servidores é igual. Então a conta fica assim: para salários até R\$ 1.200, 10% do servidor e 10% do governo; salários acima de R\$ 1.200, 14% do servidor e 14% do governo.

Onde está o furo? Nas contribuições abaixo do percentual previsto. O Estado não vem cumprindo a parte dele. Segundo o que foi divulgado pela imprensa, o governo vem pagando somente 7,5% sobre todos os salários. Por outro lado, os sindicatos dos servidores entraram com mandado de segurança para a redução de alíquota a 10% para todos. Ganhamos a causa na Justiça. Quem entrou com a ação paga hoje 10% independente da faixa salarial. Os demais servidores, que não estavam associados ou que foram contratados depois, e ganham acima dos R\$1.200, ainda

pagam 14%.

Segundo a Gazeta do Povo, o déficit de arrecadação da ParanaPrevidência em 2007 estava em R\$ 113,3 milhões. Acumulou, em 2009, para R\$ 1 bilhão e no ano seguinte, 2010, chegou a R\$ 3,4 bilhões.

Esse breve relato nos obriga a refletir: o novo plano de custeio que o governo pretende enviar à Assembleia Legislativa do Paraná merece um prévio e amplo debate entre os interessados: servidores, poder público e gestão do sistema previdenciário. Senão corremos o risco de termos um novo sistema que somente impõe obrigações aos servidores esquecendo das omissões do Estado.

Antes de mudar a ParanaPrevidência, é preciso realizar auditoria. O Fórum das Entidades Sindicais acredita que, antes de se cogitar qualquer aumento da alíquota de contribuição dos servidores, é preciso fazer uma minuciosa auditoria nas contas da ParanaPrevidência.

É preciso que o governo prove que repassou para a ParanaPrevidência a contribuição dos servidores desde sua implantação; que sejam apuradas todas as aposentadorias concedidas irregularmente; que o governo reponha aos cofres da ParanaPrevidência a sua contrapartida das contribuições que foram isentadas; que seja feito um estudo que avalie os impactos das incorporações do Ministério Público, Poder Judiciário, Tribunal de Contas e Assembleia Legislativa do Paraná; que o governo apresente estudos e planilhas detalhadas dos valores repassados pelo INSS para a ParanaPrevidência referentes às contribuições recolhidas dos servidores que trabalharam na iniciativa privada; que seja paga a dívida referente ao extinto Instituto de Previdência do Estado (IPE) conforme o Artigo 38, dos Atos das Disposições Constitucionais e Transitórias da Constituição do Estado do Paraná; que a ParanaPrevidência se torne uma Autarquia Estadual, com gestão paritária; e ainda, que sejam ampliados os benefícios possibilitando a aposentadoria especial para os servidores que trabalham em condições insalubres, perigosas e penosas. Só depois desta auditoria pode se cogitar mudar as regras atuais da ParanaPrevidência.

Heitor Rubens Raymundo é coordenador do Fórum das Entidades Sindicais e conselheiro administrativo do ParanaPrevidência.

25 OUT 2011

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

Quem vai atender o servidor?

Funcionários públicos estaduais que ligam para o 0800 para agendar consultas médicas estão sendo surpreendidos com a informação de que sua solicitação não poderá ser atendida. É que no próximo dia 27 termina o contrato que o governo do estado, por meio do SAS (Serviço de Assistência ao Servidor), mantém com o Hospital São Vicente, credenciado para atender perto de 120 mil segurados (incluindo dependentes) de Curitiba e região.

A Secretaria Estadual da Administração e Previdência (Seap) ainda não sabe quando exatamente o atendimento será restabelecido. Lacônica nota publicada no site do SAS apenas informa que "a administração do DAS e o senhor secretário da Administração e da Previdência estão empenhados na contratação de novo prestador de serviço. Tão logo tenhamos novo hospital contratado, esta informação será amplamente divulgada".

O contrato com o Hospital São Vicente venceu em abril passado, mas foi prorrogado por mais seis meses em regime de emergência. O período de prorrogação é que se encerra nesta quinta-feira, ainda sem solução definitiva. A licitação que estava prevista para se realizar no último dia 10 resultou deserta — nenhum novo prestador de serviço se dispôs a aceitar as condições estabelecidas no edital, dentre as quais a de prazo (apenas seis meses) e preço (R\$ 27,15 por segurado).

Diante do impasse, o governo prometeu lançar novo edital, modificando os pontos mais sensíveis visando a atrair interessados. Até ontem à tarde, porém, não havia notícia alguma a respeito, apenas a

promessa de que os servidores não serão prejudicados. Não foi esclarecida a maneira como o governo pretende garantir esse atendimento.

...

O mau atendimento à saúde dos servidores públicos estaduais vem de longe. Desde que foi concebido para substituir o extinto IPE, o SAS nunca caiu na simpatia dos seus cerca de 430 mil beneficiários. Uma das razões são os longos períodos de espera a que são submetidos para agendar consultas ou outros procedimentos médicos. Outra é a distância dos hospitais conveniados em cada região do domicílio do servidor. Por exemplo: servidores de Cerro Azul, a mais de 100 quilômetros, eram obrigados a buscar atendimento numa unidade do Hospital São Vicente/Funef situada no bairro da CIC, em Curitiba. Problemas como esse se sucedem nas nove regiões em que se localizam os núcleos do SAS.

Em razão da insatisfação, o atual governo estuda fazer uma reforma estrutural no órgão. Atualmente, o sistema é integralmente custeado por limitadas verbas públicas e custa ao Erário quase R\$ 100 milhões por ano — valor que, além de insuficiente para assegurar melhorias reais, se encontra ilegalmente inscrito no orçamento como verba integrante dos limite mínimo de 12% determinado pela Constituição para aplicação em saúde pública.

Diante disso, o governo pensa em instituir uma contribuição obrigatória sobre a folha de salários — fórmula que, embora desagrade os sindicatos de servidores, seria aceita pela maioria da categoria segundo pesquisa feita pelo próprio governo no primeiro semestre.

25 OUT 2011

GAZETA DO POVO

DEBATE VIVO

CELSO NASCIMENTO

Multa indevida 1

O Ministério Público Estadual recebeu ontem representação de um indignado proprietário de veículo. Ele foi pagar o licenciamento do seu carro no Banco do Brasil, taxa anual recolhida pelo Detran, órgão estadual. Tirou lá o extrato e verificou que precisava pagar também uma multa imposta pela velha conhecida Diretran, órgão municipal. Mas há um detalhe: o dono do carro recorreu contra esta multa dentro do prazo correto e o Jari (que julga os recursos) não fez ainda o seu trabalho.

Multa indevida 2

Pela lei, recursos não julgados em 30 dias automaticamente suspendem a obrigação de pagar as multas, até a decisão final do Jari. Ora, então por que a multa

está sendo cobrada agora sem que tenha sido julgada procedente? Pior: se o proprietário não pagar a multa também fica impedido de fazer o licenciamento!

Logo, se não pagar até o que não deve, comete nova infração.

Multa indevida 3

A denúncia ao Ministério Público pede que sejam exigidas informações da Diretran e do Detran e que seja corrigida a situação incluindo a devolução do valor pago indevidamente, ou, se necessário, que mova os meios judiciais para evitar que a ilegalidade se repita. Procurado, oficialmente o Detran não soube dar explicações.

Extraoficialmente, a explicação de um funcionário veio curta e grossa: "A Diretran era uma esculhambação".

PINGA-FOGO

"Montesquieu dizia que o Judiciário é um poder sem voz. E ele estava errado."

Marcelo Crivella, senador (PRB-RJ), citando o filósofo francês Charles de Montesquieu para criticar um suposto "ativismo" do Judiciário em favor do casamento homossexual. Montesquieu é o autor da Teoria da Separação dos Poderes.



Termo errado salva, por ora, mandato de Bernardo Carli

Ofício enviado pelo TRE informando a cassação do tucano tratava o parlamentar como deputado federal. Ele é

parlamentar estadual

Um erro de redação na sentença de cassação do mandato do deputado estadual Bernardo Carli (PSDB) foi usada ontem pela Assembleia Legislativa do Paraná para salvar, ao menos temporariamente, o mandato do parlamentar. O equívoco foi no voto do relator do processo, o juiz Marcelo Malucelli, do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), que determinou a perda da vaga de "suplente de deputado federal Bernardo Carli". O tucano foi condenado por uso de caixa dois e prestação irregular de contas na campanha eleitoral no ano passado.

O deslize de grafia no voto do juiz foi mantido no ofício enviado pelo TRE, que pedia a cassação imediata do deputado estadual. Após a leitura em plenário do ofício pelo presidente da Assembleia, Valdir Rossoni (PSDB), o deputado Reni Pereira levantou uma questão de ordem recomendando que o caso fosse enviado para a procuradoria da Assembleia para a análise do caso. Rossoni acatou o pedido. "Vale o que está escrito", ponderou.

O fato impediu que a Assembleia cassasse ontem o diploma de

Carli e convocasse o suplente, Antonio Carlos Belinati (PP), para tomar posse em seu lugar. O caso "comoveu" parte dos colegas de plenário do tucano, que aproveitaram para manifestar solidariedade ao parlamentar.

Depois de decidir que o caso será remetido para a procuradoria da Casa, Rossoni leu, também em plenário, a defesa protocolada pelos advogados do deputado, Júlio Brotto e René Dotti, que entraram com o pedido de defesa administrativa parlamentar no Legislativo. A defesa pede que Carli não perca o mandato enquanto o recurso da defesa não for julgado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e que o deputado possa apresentar defesa também à Mesa da Assembleia.

Formalismo

Os juízes do TRE se reuniram ontem à tarde e foram informados da decisão da Assembleia provocada pelo erro de nomenclatura de Bernardo Carli. A assessoria do tribunal informou que o texto foi corrigido ontem durante a sessão e será reenviado hoje ao Legislativo paranaense.

Um formalismo "inútil" no entendimento do professor de Direito Constitucional Egon Moreira, da Universidade Federal do Paraná (UFPR). "O erro material não altera a substância da decisão e nem inibe os seus defeitos". Ele explica que este tipo de discussão foi "superada pelo Direito no século 17" e tanto a análise quanto a emissão de um novo ofício pelo TRE são desnecessárias.

Ontem, na mesma sessão legislativa, outro projeto foi adiado com a mesma justificativa.

CORPORATIVISMO

Peemedebista sai em defesa de tucano

O subterfúgio que impediu a Assembleia de cassar o mandato do deputado Bernardo Carli (PSDB) deu motivo a várias manifestações de solidariedade dos colegas no plenário. O líder do PMDB na Assembleia, deputado Caio Quintana, subiu à tribuna em apoio a Carli e colocou em dúvida os depoimentos dos cabos eleitorais colhidos pelo Ministério Público Eleitoral (MPE) que originaram a cassação do tucano por caixa dois.

Em sua prestação de contas de campanha, Carli disse que os cabos eleitorais "doaram" o serviço. Nos depoimentos ao MPE, 13 deles disseram que receberam dinheiro pelo trabalho. Caio também criticou a imprensa e o julgamento público que a imprensa estaria fazendo do colega.

"Não há crime quando se está representando um povo que legitimamente o elegeu. Não é corporativismo. Mas a imprensa é tamanha para cassar um deputado por apenas 11 mil real (sic) que até o cargo dele foi escrito errado", disse Caio.

"Não há crime quando se está representando um povo que legitimamente o elegeu."

Caio Quintana, deputado estadual (PMDB), criticando a cassação de Bernardo Carli.

GAZETA DO POVO

MPF investiga

25 OUT 2011

propina para incluir verba no orçamento

Empresário diz ter entregue, a pedido de ex-chefe de gabinete do prefeito de Londrina, R\$ 925 mil a assessor de ex-deputado do Rio

Na contramão da versão de que a destinação das emendas dos ex-deputados do Rio de Janeiro para Londrina tenha ocorrido devido ao coleguismo com o prefeito Barbosa Neto, o Ministério Público Federal (MPF) investiga a denúncia de que havia na verdade um esquema de pagamento de propina para a obtenção dos recursos federais.

O ex-chefe de gabinete da prefeitura Fábio Góes foi denunciado por ter supostamente recolhido dinheiro com empresários de Londrina para pagar propina para pelo menos um dos dois ex-deputados fluminenses (Leo Vivas), em troca das emendas. O caso chegou ao MPF após um depoimento prestado em maio pelo empresário Wilson Vieira ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público Estadual (MP).

Na prática, a apuração do MPF é um desdobramento da Operação Antissepsia, na qual o Gaeco tratou de desvios na área de saúde em Londrina. No depoimento, Vieira

afirma que teriam sido repassados R\$ 925 mil, em duas vezes, a um homem conhecido como JB, que seria assessor de Leo Vivas.

Os repasses, segundo o depoimento do empresário, foram feitos em duas ocasiões, em dezembro de 2010. As emendas foram apresentadas em 25 de novembro.

Vieira diz ter acompanhado Góes em uma das entregas e que, numa segunda vez, repassou dinheiro sozinho, atendendo a orientação do ex-chefe de gabinete. O empresário também diz ter dado um cheque de R\$ 70 mil, em nome da sua empresa. Quanto à entrega do dinheiro, Vieira narra que a fez a "um homem que se identificou como JB e apresentou-se como assessor de deputado". A segunda entrega aconteceu cerca de dez dias depois da primeira.

Vieira prestou um novo depoimento, dessa vez ao MPF, e confirmou apenas parte do que havia dito ao Gaeco. Disse que foi procurado por Góes no começo de dezembro e que o ex-chefe de gabinete do prefeito pediu um cheque de R\$ 40 mil. O cheque da sua empresa foi depositado na conta de Bruno Valverde, da ONG Instituto Atlântico, mas voltou por falta de fundos. Valverde, por sua vez, teria repassado R\$ 20 mil em dinheiro para Góes.

Segundo Vieira, Góes disse que o dinheiro "estava sendo angariado junto a empresários de Londrina" e seria "dado em garantia de um empréstimo para fins de

cobrir despesas de hospedagem e outras, como transporte e alimentação para a assessoria de parlamentar que estava em Londrina [a assessoria] para viabilizar emendas ao orçamento da União".

Ao MPF, Vieira justificou o recuo em relação a alguns pontos do depoimento prestado ao Gaeco [como no caso do valor do cheque, que na primeira declaração era de R\$ 70 mil e na segunda, caiu para R\$ 40 mil] porque ele disse estar "coagido a prestar as declarações", porque em maio ficou das 8h30 às 19h30 no Gaeco e "a partir de certa hora" disse que "pusessem o que quisessem no papel que assinaria". Ele disse ainda ter lido o depoimento sem assinar, embora estivesse acompanhado da advogada Ana Paula Delgado de Souza Barroso. Vieira admitiu que, no primeiro depoimento, o promotor Cláudio Esteves insistiu para que ele chamasse um advogado — o que ocorreu.

CONTINUA

25 OUT 2011

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

O OUTROLADO

Prefeitura diz que desistiu das emendas

A prefeitura de Londrina informou, por meio de nota, que desistiu de tentar a liberação, pelo governo federal, das emendas dos dois ex-deputados do Rio de Janeiro. O texto diz que o motivo teriam sido as contrapartidas exigidas na elaboração dos convênios com a União. Para receber os R\$ 18,5 milhões, o município precisaria investir 8% desse valor (R\$ 1,48 milhão).

Procurado pela reportagem, o prefeito Barbosa Neto preferiu não conceder entrevista. O advogado João dos Santos Gomes Filho, contratado por Barbosa, disse que o empresário Wilson Vieira, que acusa o ex-chefe de gabinete do prefeito de intermediar o pagamento da propina, "deixou muito patente que o prefeito não tem nada a ver com isso [o suposto pagamento para incluir a verba no orçamento federal]". "Se existe investigação e essa investigação aponta uma ilicitude tópica em desfavor de deputados, isso não quer dizer o prefeito", declarou Gomes Filho.

O ex-chefe de gabinete Fábio Góes não foi localizado, assim como o empresário Wilson Vieira e os dois advogados que o acompanharam nos depoimentos ao Gaeco e ao MPF, Ana Paula Delgado de Souza Barroso e Jéferson do Carmo Assis.

CONTINUA

Caso está ligado a esquema de ONGs

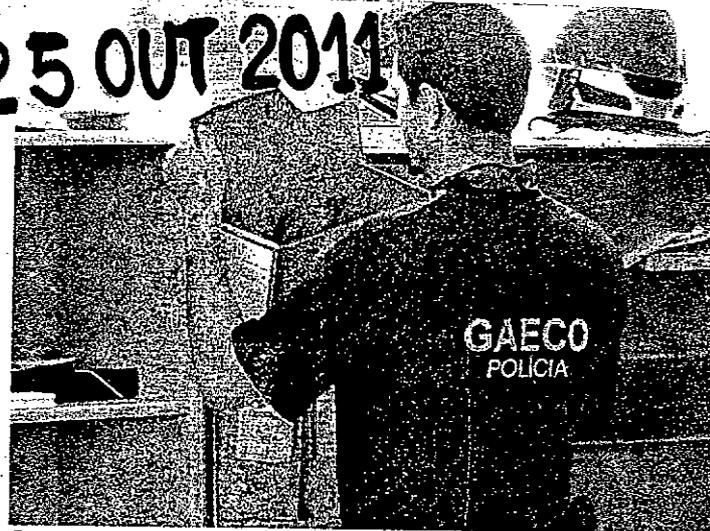
O cheque a que o empresário Wilson Vieira se refere nos depoimentos, em que fala sobre o suposto pagamento de propina ao ex-deputado federal Leo Vivas (leia mais na reportagem acima), apareceu durante a Operação Antissepsia. As investigações foram deflagradas em maio, pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), braço do Ministério Público Estadual (MP), para investigar denúncias de irregularidades na relação entre agentes públicos e representantes do Instituto Atlântico e do Instituto Gálatas, ONGs contratadas pela prefeitura de Londrina em dezembro do ano passado para atuar na saúde pública da cidade.

As duas ONGs sucederam o Ciap, outra entidade não governamental investigada pelo Ministério Público Federal por fraudes. Só o Gálatas é acusado de desviar R\$ 600 mil de verba pública por meio de notas falsas.

Cheque

A história do cheque de R\$ 40 mil envolve uma reunião que surgiu primeiro num depoimento do presidente do Atlântico, Bruno Valverde, depois confirmada por Wilson Vieira. Os dois foram submetidos a uma acareação, durante as investigações realizadas pelo Gaeco.

No relato, Valverde conta que foi convidado para uma reunião da qual participaram, dentre outros, o ex-chefe de gabinete do prefeito (Fábio Góes, que acumulava a Secretaria de Planejamento), o publicitário Ruy Nogueira, e a primeira-dama municipal, Ana Laura Lino. O presidente do Instituto Atlântico conta que foi chamado para essa reunião, ocorrida no gabinete de Góes na prefeitura, por Nogueira, que teria ajudado a assinar com a prefeitura de Londrina. Valverde afirmou ainda que, sobre a mesa da sala, estavam alguns cheques da empresa de Wilson Vieira. Segundo o depoimento, Ana Laura pediu a ele que



Operação Assepsia: pagamento de suposta propina a ex-deputados do Rio foi descoberto logo após o desvio da saúde por meio de ONGs.

Descoberta do esquema que desviou dinheiro da saúde de Londrina levou à suspeita de que houve pagamento de propina para incluir verbas para a cidade no orçamento da União.

conseguisse R\$ 20 mil para trocar um dos cheques.

Essa reunião, segundo o depoimento, aconteceu dias antes da assinatura do contrato da prefeitura de Londrina com o Atlântico. No depoimento, Valverde afirmou que seus interlocutores não "esclareceram exatamente o motivo e a destinação" do dinheiro e que "Ana Laura assumiu uma posição impositiva, determinando que [Valverde] conseguisse imediatamente os R\$ 20 mil" e que o dinheiro deveria ser entregue a Wilson Vieira — o homem que é acusado de pagar a propina aos ex-deputados do Rio.

Valverde disse ainda que pegou um cheque de R\$ 40 mil de Vieira e recebeu dele a orientação de descontá-lo dali a uma semana, dando a ele mais R\$ 20 mil.

Em outro trecho que fala sobre a reunião dos cheques, Valverde afirma que "Ana Laura, Nogueira

e os demais presentes deram a entender que aquele dinheiro estava sendo exigido porque o Instituto Atlântico estava em vias de ser contratado pela prefeitura para prestar serviços na área da saúde" e que, por aqueles dias, "Nogueira e Ana Laura estavam com intensas tratativas a respeito da contratação do Atlântico".

A reunião dos cheques, segundo Valverde, aconteceu às 13h30. Três horas depois, ele levantou a quantia e entregou a Vieira, que estava num carro, junto com Góes, nos fundos da prefeitura. Quando depositado, o cheque da empresa de Vieira voltou por falta de fundos. Ao cobrar a quantia, Valverde ouviu do interlocutor que esses R\$ 20 mil ficariam "por conta do contrato do Atlântico com a prefeitura".

Férias

Góes entrou em férias no dia 6 de junho, no dia em que o MP apresentou as denúncias da Operação Antissepsia. Voltou em 25 de junho e, dias depois, deixou a Secretaria de Planejamento. Ele foi denunciado na ação civil pública na qual o MP pediu o afastamento do prefeito Barbosa Neto — o que foi negado pelo Judiciário.

GAZETA DO POVO

SERVIDORES

Alep corta benefícios irregulares de aposentados

25 OUT 2011

O presidente da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), Valdir Rossoni (PSDB), anunciou ontem o corte de benefícios irregulares concedidos aos funcionários aposentados da Casa. Apesar de inativos, os servidores recebiam vale-refeição, férias, vale-transporte, gratificação de encargos especiais e abono de permanência. Ainda não há estimativa da economia gerada com o corte.

A medida foi recomendada pela Comissão Especial formada para analisar a legalidade dos atos de aposentadoria da Assembleia. A comissão foi instalada em setembro, depois que o Legislativo fez uma auditoria que revelou que cerca de 90% das aposentadorias estavam irregulares. Os documentos foram encaminhados para o Tribunal de Contas do Estado (TC), que identificou que muitos dos atos de aposentadoria não passaram pela instituição — o que é irregular.

Diante do volume de aposentadorias, a comissão solicitou a prorrogação dos trabalhos por mais 30 dias. Um relatório preliminar, obtido pela Gazeta do Povo, mostra que já foram

detectadas inconsistências em 16 benefícios — entre eles do ex-deputado Antônio Anibelli e do ex-procurador-geral da Casa Ayrton Loyola. A comissão abriu um procedimento administrativo para cada um dos casos e está convocando os aposentados para apresentarem documentos que embasem o ato de aposentadoria. A reportagem apurou que três servidores estiveram ontem na Assembleia.

Entre as supostas ilegalidades estão a de procuradores que não têm inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a de promoções concedidas depois que o servidor foi aposentado — casos de Anibelli e Loyola.

Ontem, a Assembleia divulgou um levantamento que questiona laudos médicos usados para isentar o Imposto de Renda para aposentados, pensionistas e efetivos da Casa. Seriam 91 os casos suspeitos — quase todos concedidos entre 2004 e 2010.

GAZETA DO POVO

25 OUT 2011

IMPROBIDADE

MP questiona compra de livros "racistas"

O Ministério Público de Londrina (MP) apresentou uma ação de improbidade administrativa contra a secretária municipal de Educação, Karin Sabec, e a Editora Ética, no processo de aquisição de 13,5 mil livros que tiveram o conteúdo considerado preconceituoso. Na ação, o MP pede a devolução dos R\$ 621 mil investidos na compra dos exemplares da coleção Vivenciando a Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

Em nota, o MP afirmou que a secretária foi a "responsável pela contratação irregular da empresa, sem a devida licitação": "A contratação da empresa Editora Ética do Brasil Ltda para o fornecimento de livros didáticos ao município de Londrina, entretanto, revelou-se altamente lesiva ao erário, já que, depois de serem distribuídos à rede pública municipal de ensino, comissões especializadas realizaram análises técnicas do conteúdo dos livros e os consideraram completamente inadequados para a utilização nas escolas municipais", afirma a promotora Leila Voltarelli na ação.

"Comissões especializadas realizaram análises técnicas do conteúdo dos livros e os consideraram completamente inadequados para a utilização nas escolas municipais".

Promotora Leila Voltarelli, responsável pela ação do MP.

A polêmica sobre o conteúdo da coleção começou em junho, quando o MP avaliou o material e o considerou racista. No dia 7 de julho, o promotor Paulo Tavares determinou o recolhimento dos 13,5 mil exemplares. Em meio à polêmica, a secretária disse não ver problema no material. "Quando fizemos a aquisição, a minha equipe pedagógica achou que estava tranquilo. O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial foi consultado", afirma José Mendes de Souza, presidente do conselho, desmentindo a secretária. "O Conselho não recebeu nenhum documento da prefeitura para emitir um parecer sobre o livro", pontua. Segundo Souza, o conselho foi apenas informado de que a prefeitura estava adquirindo o material e não recebeu pedido de parecer.

Na sexta-feira passada, a assessoria de imprensa da Editora Ética, responsável pela coleção vendida sem licitação, informou que está disposta a fazer a substituição da série de livros, mas descartou a devolução do dinheiro aos cofres públicos. O posicionamento também foi repassado ao MP por meio de representantes da empresa, que estiveram no município na tarde de quinta-feira.

Livros danificados

Pelo menos metade da coleção foi danificada pelas chuvas que caíram em Londrina na primeira quinzena deste mês. Os 13,5 mil exemplares, que foram recolhidos das escolas municipais e bibliotecas, estavam armazenados no arquivo da Secretaria Municipal de Educação, que fica no Centro Municipal de Educação Infantil Valéria Veronesi (Supercreche), região central.

Em entrevista ao JL na semana passada, a secretária municipal de Educação, Karin Sabec, disse que 50% dos livros foram molhados e "vão se perder". Em nota encaminhada à imprensa na quinta, a Editora Ética não abordou esse problema.

25 OUT 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Motorista que matou 2 garis obtém liberdade

Gerente de banco pagou R\$ 50 mil de fiança; ele estava embriagado e foi preso em flagrante por homicídio doloso.

O gerente de banco Fernando Mirabelli, de 32 anos, pagou fiança de R\$ 50 mil e aguardava o alvará de soltura para ser colocado em liberdade, no início da noite de ontem. Ele foi detido em flagrante no sábado por homicídio doloso depois de atropelar três garis e matar dois no acesso à Ponte Ari Torres da Marginal do Pinheiros, na Cidade Jardim, zona sul de São Paulo.

A decisão de estipular fiança para que Mirabelli responda ao processo em liberdade foi tomada pela juíza plantonista Cristina Escher, do Departamento de Inquéritos Policiais (Dipo). Ela não se manifestou publicamente sobre a decisão. O bancário estava preso no Centro de Detenção Provisória (CDP) do Belém, na zona leste.

Segundo o advogado de Mirabelli, Alexandre de Thomazo, a decisão judicial foi baseada no fato de que seu cliente é réu primário, tem bons antecedentes, residência fixa e emprego. "Os critérios usados pela juíza foram embasados na própria legislação. Ela poderia estipular fiança em valor entre 10 e 200 salários mínimos, e foi o que fez."

A delegada Luciana do Nascimento Zanella entendeu que Mirabelli assumiu o risco de matar porque estava embriagado e em alta velocidade no momento do acidente. Segundo testemunhas, ele estaria a pelo menos 120 km/h quando perdeu o controle de sua Toyota Hilux, atro-

pelando Aldenir Abrantes Dantas, de 21 anos, Alex Damasceno de Souza, de 26, e Roberto Pires de Jesus, de 36. Os dois últimos foram arrastados por cerca de 20 metros e morreram no local. O terceiro ainda se recuperava ontem de uma cirurgia no quadril.

Irmão de Alex, o segurança Ariomar Damasceno, de 34 anos, disse ontem que estipular uma fiança e deixar que Mirabelli responda em liberdade é um incentivo para que outros motoristas cometam o mesmo crime. Ele pretende reunir outros parentes de vítimas do trânsito e fazer um protesto durante a missa de sétimo dia do irmão, no sábado, na Igreja Matriz da Freguesia do Ó.

OUTROS CASOS

● Itaim-Bibi

Marcelo Malvio de Lima pagou R\$ 300 mil de fiança após matar uma advogada com seu Porsche

● Jardim Primavera

Com um Camaro, Felipe Arenzon bateu em vários carros e um motorista morreu. Ele pagou fiança de R\$ 245 mil

● Alto de Pinheiros

Marcos Martins atropelou e matou mãe e filha. Saiu sem fiança

25 OUT 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Motorista que matou 2 garis obtém liberdade

Gerente de banco pagou R\$ 50 mil de fiança; ele estava embriagado e foi preso em flagrante por homicídio doloso

O gerente de banco Fernando Mirabelli, de 32 anos, pagou fiança de R\$ 50 mil e aguardava o alvará de soltura para ser colocado em liberdade, no início da noite de ontem. Ele foi detido em flagrante no sábado por homicídio doloso depois de atropelar três garis e matar dois no acesso à Ponte Ari Torres da Marginal do Pinheiros, na Cidade Jardim, zona sul de São Paulo.

A decisão de estipular fiança para que Mirabelli responda ao processo em liberdade foi tomada pela juíza plantonista Cristina Escher, do Departamento de Inquéritos Policiais (Dipo). Ela não se manifestou publicamente sobre a decisão. O bancário estava preso no Centro de Detenção Provisória (CDP) do Belém, na zona leste.

Segundo o advogado de Mirabelli, Alexandre de Thomazo, a decisão judicial foi baseada no fato de que seu cliente é réu primário, tem bons antecedentes, residência fixa e emprego. "Os critérios usados pela juíza foram embasados na própria legislação. Ela poderia estipular fiança em valor entre 10 e 200 salários mínimos, e foi o que fez."

A delegada Luciana do Nascimento Zanella entendeu que Mirabelli assumiu o risco de matar porque estava embriagado e em alta velocidade no momento do acidente. Segundo testemunhas, ele estaria a pelo menos 120 km/h quando perdeu o controle de sua Toyota Hilux, atro-

pelando Aldenir Abrantes Dantas, de 21 anos, Alex Damasceno de Souza, de 26, e Roberto Pires de Jesus, de 36. Os dois últimos foram arrastados por cerca de 20 metros e morreram no local. O terceiro ainda se recuperava ontem de uma cirurgia no quadril.

Irmão de Alex, o segurança Ariomar Damasceno, de 34 anos, disse ontem que estipular uma fiança e deixar que Mirabelli responda em liberdade é um incentivo para que outros motoristas cometam o mesmo crime. Ele pretende reunir outros parentes de vítimas do trânsito e fazer um protesto durante a missa de sétimo dia do irmão, no sábado, na Igreja Matriz da Freguesia do Ó.

OUTROS CASOS

● Itaim-Bibi

Marcelo Malvio de Lima pagou R\$ 300 mil de fiança após matar uma advogada com seu Porsche

● Jardim Primavera

Com um Camaro, Felipe Arenzon bateu em vários carros e um motorista morreu. Ele pagou fiança de R\$ 245 mil

● Alto de Pinheiros

Marcos Martins atropelou e matou mãe e filha. Saiu sem fiança

O ESTADO DE S. PAULO

SÃO PAULO

25 OUT 2011

Ônibus vão ter vídeos de orientação jurídica

A Defensoria Pública de São Paulo firmou parceria para divulgar vídeos de educação em Direito nas linhas de ônibus da capital paulista. Desde ontem, o “Dica Legal” é veiculado em cerca de 400 linhas. Os quatro episódios iniciais tratam das áreas de Direito do consumidor, Direito de família, registro imobiliário e violência doméstica. O conteúdo será atualizado mensalmente. A iniciativa da parceria foi da TVO, que gerencia a mídia e ofereceu à Defensoria o espaço para fornecimento de orientação jurídica.

Começa júri de acusados de matar psicóloga

Começou ontem em São Paulo o julgamento de três acusados de envolvimento no assassinato da psicóloga Renata Novaes Pinto, aos 44 anos, na Vila Madalena, em 2008. A investigação policial apontou que o crime foi encomendado pelo marido de uma paciente que decidiu se separar durante as sessões com a psicóloga. José Neudes teria contratado João Nilton da Silva e Cláudio Rossi para matá-la.

TRIBUNA DO PARANÁ

Reexame 25 OUT 2011

Procuradores aposentados terão que comprovar formação na área jurídica, como o registro na OAB

Chamados de volta

A Assembleia Legislativa convocou 15 procuradores aposentados para que apresentem documentação comprovando formação na área jurídica, como o registro na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), necessário para que tenham exercido a profissão de advogado. A medida faz parte do reexame das aposentadorias consideradas irregulares após auditoria do Tribunal de Contas do Estado (TCE), no mês passado.

O TCE apresentou relatório com as recomendações para corrigir as irregularidades. Outra medida adotada foi a suspensão do pagamento de benefícios exclusivos de funcionários da ativa, como gratificação de encargos especiais, vale-transporte, vale-refeição, férias e abono de permanência.

Cortes

O presidente da Assembleia Legislativa, Valdir Rossoni (PSDB), não soube informar o valor total dos cortes salariais. Disse que somente após o fechamento da folha de pagamento dos servidores é que será possível apurar os números.

Em agosto, o TCE analisou 305 aposentadorias concedidas pela Assembleia. Apenas 110 foram consideradas regulares. Outros 195 benefícios apresentaram transgressões à lei, como o pagamento acima do teto constitucional.

A análise do TCE mostrou que, dos 67 procuradores, 18% recebiam acima do teto de salários do setor público, R\$ 26,7 mil. Rossoni anunciou ontem que os salários foram cortados para se enquadrar no limite legal.

25 OUT 2011

TRIBUNA DO PARANÁ

Pensão pra filhos acaba após graduação

A 3.^a Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) eximiu um pai da obrigação de prestar alimentos à sua filha maior de idade, que está cursando mestrado. Os ministros entenderam que a missão de criar os filhos se prorroga mesmo após atingirem a maioridade, porém, a obrigação se encerra com a conclusão de curso de graduação.

A filha ajuizou ação de alimentos contra o seu pai, alegando que, embora seja maior e tenha concluído curso superior, está cursando mestrado, fato que a impede de exercer atividade remunerada e arcar com suas despesas.

O Tribunal de Justiça de São Paulo acolheu a apelação da filha, considerando que a pensão deve ser fixada de acordo com a necessidade e possibilidade. O pai recorreu ao STJ, que julgou o pedido improcedente. No recurso especial, o pai afirma que a obrigação de sustentar os filhos se encerra com a maioridade, estendendo-se, excepcionalmente, até a conclusão do curso superior. A partir de então, sustentar os filhos seria "incentivo à acomodação e à rejeição ao trabalho".

Limites

"Os filhos civilmente capazes e graduados podem e devem gerir suas próprias vidas, inclusive buscando meios de manter sua subsistência e limitando seus sonhos a incluídos a pós-graduação ou qualquer outro aperfeiçoamento técnico-educacional à própria capacidade financeira", acrescentou a ministra.

25 OUT 2011

TRIBUNA DO PARANÁ

Confusão

Erro na redação da sentença de cassação do mandato do deputado estadual Bernardo Carli (PSDB) impediu, na sessão de ontem, que o presidente da Assembleia Legislativa, Valdir Rossoni (PSDB), convocasse o suplente, Antonio Carlos Belinati (PP), para tomar posse. Na sentença, o relator do processo, juiz Marcelo Malucelli decretou a perda da vaga de "suplente de deputado federal". Diante do que descreveu como equívoco da sentença, Rossoni decidiu encaminhar o caso à procuradoria, para que analise a situação. O parlamentar também fez a leitura de recurso do advogado de defesa de Bernardo, Rene Dotti, alegando que a perda de mandato somente seria cabível se confirmada em definitivo pelo TSE. Após a discussão, o juiz levou o parecer para a sessão do pleno do TRE, ontem, e corrigiu o erro de redação da sentença.

JORNAL DO ESTADO

REDAÇÃO

25 OUT 2011

Erro em sentença salva deputado

Um erro na sentença do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE/PR) salvou ontem o deputado estadual Bernardo Ribas Carli (PSDB) da perda imediata de seu mandato na Assembleia Legislativa. A cassação dele foi aprovada na semana passada pelos juízes do TRE, por conta da acusação de caixa dois e captação ilícita de recursos na campanha eleitoral de 2010. Mas ontem, ao ler em plenário a intimação do tribunal para que a decisão fosse cumprida e o suplente empossado, o presidente da Assembleia, deputado Valdir Rossoni (PSDB), percebeu que o texto, assinado pelo juiz Marcelo Malucelli, relator do processo falava na perda do mandato de "deputado federal" e não estadual, como seria o correto.

Bernardo é acusado pelo MPE de ter pago cabos eleitorais em dinheiro, e na prestação de contas da campanha, declarado que os mesmos teriam trabalhado como voluntários. Na avaliação dos promotores, a declaração seria uma forma de ocultar a verdadeira fonte dos recursos, uma vez que o dinheiro utilizado para o pagamento dos referidos cabos eleitorais não passou pela conta bancária de campanha e nem foi objeto de recibo eleitoral que permitisse a identificação do doador.

A defesa do deputado argumentou que não haveria provas das acusações, e que a origem dos R\$ 276 mil arrecadados na campanha teria sido comprovada. Segundo os advogados do parlamentar, os serviços foram prestados voluntariamente,

sendo considerados como doações estimáveis em dinheiro.

Na investigação, os promotores apontaram terem notado a grande quantidade de prestadores de serviço apontados como voluntários. O MPE ouviu o depoimento de 13 dos 36 cabos eleitorais supostamente voluntários. Dez deles confirmaram terem trabalhado na campanha do deputado, e recebido remuneração, paga em espécie, diretamente no comitê de Bernardo Carli. Segundo o MPE, também foram constatados, no relatório de despesas com pessoal, gastos de R\$ 11.300,00 em recursos que teriam vindo de doações e mais R\$ 3.180,00 em efetivo desembolso financeiro.

Após o resultado do julgamento, o Ministério Público Eleitoral encaminhou ao TRE requerimento pedindo imediata execução da decisão que cassou o diploma de deputado, o que deveria ter acontecido ontem. Caso ele fosse efetivamente cassado, a Assembleia deveria empossar Antonio Carlos Belinati, filho do ex-prefeito de Londrina, Antonio Belinati.

Ao ler o comunicado da Justiça, porém, o presidente do Legislativo notou o erro na redação da sentença, que se referia à perda de mandato de "deputado federal". Rossoni então decidiu encaminhar a intimação à Procuradoria da Casa, para que ela avaliasse o que fazer. "Para nós vale o que está escrito", alegou.

Rossoni também leu recurso de René Dotti, advogado de Bernardo Carli, pedindo que a

Assembleia aguardasse o julgamento definitivo antes de qualquer decisão sobre a cassação.

O tucano, porém, indeferiu o pedido. Bernardo Carli afirmou que não tinha conhecimento do erro de redação da sentença. Ele reafirmou que pretende recorrer da decisão do TRE.

O líder do PMDB na Assembleia, deputado Caito Quintana (PMDB), criticou a "pressa" no cumprimento da sentença. "De pronto se faz uma cassação por causa de uma diferença de R\$ 11 mil na prestação de contas da campanha. A pressa é tamanha que até erram na sentença", reclamou Quintana, que manifestou "solidariedade" ao colega.

Bernardo Carli foi eleito como segundo suplente pelo PSDB. Assumiu a vaga na Assembleia em agosto deste ano, depois que Osmar Bertoldi (DEM) foi chamado pelo prefeito Luciano Ducci (PSB) para a Secretaria Municipal Extraordinária de Política Habitacional (SEPHA), em Curitiba. Ele é irmão do ex-deputado estadual Luiz Fernando Ribas Carli Filho, que renunciou ao mandato em 2009 depois de envolver-se em acidente de trânsito que resultou na morte de duas pessoas em Curitiba.

O TRE, através de sua assessoria, informou que teria havido apenas um "erro material" que não prejudica o resultado da sentença. Segundo o tribunal, não haverá necessidade de novo julgamento por conta disso. Ontem mesmo o relator, juiz Marcelo Malucelli, levou novamente o processo ao plenário do tribunal, e fez a correção do texto. Com isso, a Assembleia deve ser notificada nos próximos dias a cumprir a sentença de cassação.

25 OUT 2011

JORNAL DO ESTADO

Defensoria

O governador Beto Richa dá posse, hoje, à defensora pública geral do Paraná, Josiane Fruet Bettini Lupion. Josiane é a primeira a ocupar o cargo no Estado. Ela já vinha exercendo a chefia da Defensoria Pública, até agora vinculada à Secretaria da Justiça. Ela teve papel importante na elaboração do projeto da Defensoria, aprovado por unanimidade pela Assembleia Legislativa do Paraná e sancionado pelo governador em 19 de maio passado. Com isso, foi criado definitivamente o órgão, tirando o Paraná do lugar que ocupava como um dos dois únicos estados brasileiros que ainda não contavam com uma Defensoria Pública na forma que exige a Constituição Federal. Será às 18 horas no Museu Oscar Niemeyer.

Improbidade

O Ministério Público do Paraná, através da Promotoria de Justiça de Proteção do Patrimônio Público de Londrina, propôs ontem ação civil pública por ato de improbidade administrativa, com pedido de ressarcimento, contra a secretária municipal de Educação Karin Sabec Viana e a Editora Ética do Brasil LTDA. O MP-PR sustenta que ela foi responsável pela contratação irregular da empresa, sem a devida licitação, ao custo de R\$ 621 mil para a aquisição de 13.500 livros sobre a cultura indígena e afro-brasileira. Os responsáveis pela ação são os promotores de Justiça Renato de Lima Castro e Leila Schimiti Voltarelli.

Plantão

A Central de Atendimento ao Eleitor de Curitiba funcionará normalmente neste feriadão de finados, do sábado, dia 29 de outubro, até a quarta-feira, dia 2 de novembro, das 8 às 18h30. O plantão é para facilitar o recadastramento dos eleitores para o voto biométrico, pelo qual a pessoa é identificada por meio de impressões digitais.

METRO MP quer barrar obra de 25 OUT 2011 plataformas no litoral

- Techint vai construir duas plataformas para extração do petróleo do pré-sal no valor de R\$ 1 bilhão
- Ampliação vai gerar 4 mil empregos
- Empresa diz que não foi notificada

O Ministério Público Federal aliou-se ao MP do Paraná para impetrar ação civil pública, com pedido de liminar, impedindo que a empresa Techint inicie as obras de ampliação de sua planta em Pontal do Paraná, no litoral, antes que seja feito o EIA-Riina (Estudo e Relatório de Impacto Ambiental).

O IAP (Instituto Ambiental do Paraná), que deu licença em 13 de junho passado, informou ontem que vai defender sua posição. O entendimento do órgão foi de que como se tratava de uma obra de ampliação, não haveria necessidade de novo EIA-Riina. A empresa, segundo o IAP, apresentou plano de controle solicitado e medidas compensatórias para o meio ambiente.

Segundo a ação dos promotores, as "obras podem causar danos ambientais irreparáveis ou de difícil reparação e culminar em significativa degradação dos biomas". Os promotores dizem que a empresa pretende fazer obras que envolvem "supressão de vegetação, dragagem, aterro e terraplana-

gem para instalação e implantação da Base de Montagem de Tubos Rígidos para apoio à extração de petróleo e gás natural e que deverá conter, ainda, um píer marítimo para navios de grande porte." Uma vistoria técnica constatou que, para estender a capacidade do pátio da Techint, serão necessários dragagens e aterros próximos à faixa costeira.

"Em um raio de seis quilômetros encontram-se oito comunidades de pescadores." AÇÃO CIVIL

25 OUT 2011

METRO

Secretária sofre ação por improbidade

Responsável pela compra de 13,5 mil livros, que acabaram recolhidos, sobre as culturas indígena e afro-brasileira, a secretária da Educação de Londrina, Karin Sabec Viana, vai responder a ação civil pública por improbidade administrativa, junto com a editora Ética, que editou os livros. Segundo o MP, Karin comprou os livros por R\$ 621 mil sem licitação. ● METRO CURITIBA

CONJUR

Pai é dispensado de pagar pensão a filha
mestranda

24 OUT 2011

A 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça decidiu que o pai não precisa pagar alimentos à sua filha maior que está cursando mestrado. Para a ministra relatora do caso, Nancy Andrichi, o estímulo à qualificação profissional dos filhos não pode ser imposto aos pais de forma perpétua. Os ministros da Turma entenderam que o dever de alimentos aos filhos pode se prorrogar após cessar o poder familiar e com a maioridade, mas essa missão deve terminar quando o alimentando conclui sua graduação.

A filha entrou com uma ação contra o pai alegando que, embora maior e com curso superior, o mestrado a impedia de exercer atividade remunerada. A Justiça julgou o pedido improcedente. O Tribunal de Justiça de São Paulo acolheu a apelação da filha, considerando o binômio necessidade e possibilidade para fixar a pensão.

O pai afirmou em seu Recurso Especial que a sua obrigação estende-se após a maioridade, excepcionalmente, até a conclusão do curso superior. Ele alegou ainda que mantê-la pode servir de “incentivo à acomodação e à rejeição ao trabalho”. Para a filha, os alimentos alcançam o necessário à educação, bastando a comprovação de que o filho não consegue manter-se durante os estudos por meios próprios.

De acordo com a ministra Nancy Andrichi, a necessidade perene corre o risco de se tornar uma obrigação alimentar originária só das relações de parentesco, transformando-se em eterno o dever de sustento. Para ela, filhos capazes e graduados devem gerir a própria vida buscando a própria capacidade financeira. Com informações da Assessoria de Imprensa do STJ.

OAB concede isenção da taxa do Exame da Ordem

CONJUR 24 OUT 2011

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil concedeu isenção ao pagamento da taxa de inscrição para o Exame da Ordem para 2.110 pessoas, representando 64% do pedidos. A OAB garante o exame gratuito a todos que comprovarem carência financeira para pagar a taxa de R\$ 200.

O V Exame Unificado da entidade acontece, no domingo (30/10), com aplicação da primeira fase, em todo o país. A segunda fase deve acontecer no dia 4 de dezembro, com aplicação da prova prática-profissional. O Conselho publicou neste mês o calendário antecipado das provas, com os exames que devem ser feitos até dezembro de 2011.

De acordo com o presidente nacional da entidade Ophir Cavalcante, a isenção da taxa permite que a entidade cumpra sua função social. O Exame pode ser feito por alunos que estão no último ano ou no 9º e 10º semestres da graduação. A prova é obrigatória para os bacharéis em Direito que querem exercer a advocacia. Com informações da Assessoria de Imprensa da Conselho Federal da OAB.

“Os problemas não estão nos artigos da
Constituição”

CONJUR

Por Néviton Guedes

24 OUT 2011

“Você não precisa de muitos heróis se você escolhe cuidadosamente”, disse John Hart Ely, célebre jurista norte-americano, para honrar a memória de Earl Warren, presidente da Suprema Corte dos Estados Unidos, nas décadas de 1950 e 1960. No Brasil, alegando falta de heróis, não nos envergonhamos de celebrar todos os dias gente cuja maior contribuição à humanidade jamais ultrapassará as quatro linhas de um campo de futebol, ou os 15 minutos de fama que lhes confere a tela plana das televisões, ou dos computadores. Contudo, num país cuja história é, desde suas origens, protagonizada por personagens como Anchieta, Zumbi dos Palmares, Tiradentes, Ruy Barbosa, José Bonifácio, Machado de Assis, Oswaldo Cruz, Villa-Lobos, Irmã Dulce e Juscelino Kubitschek, talvez fosse o caso de escolhermos um pouco mais cuidadosamente os nossos ícones.

A propósito, 19 de outubro de 2011 há de ser lembrado, por todos os juristas que se comprometeram com o aperfeiçoamento democrático e com a concretização da Constituição de 1988, como o dia em que o famoso constitucionalista português José Joaquim Gomes Canotilho, um grande amigo do Brasil, cessa suas funções como professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

O notável professor edificou uma vida voltada ao estudo do Direito, onde o que mais ressalta é o compromisso permanentemente renovado com a dignidade da pessoa humana, com a consolidação da democracia e com a efetivação dos direitos fundamentais. Herdeiro da tradição iluminista, sempre confiante na capacidade do homem de conformar o próprio destino, Canotilho acabou tendo profunda influência no desenvolvimento do Direito Constitucional que se ensina nas Academias brasileiras e que tem aplicação em nossos tribunais. Divergindo de um antigo costume de intelectuais estrangeiros, entretanto, jamais ministrou conselhos, ou receitas, para os nossos problemas. Ao contrário, vezes sem conta, repetiu lá fora que via nos juristas brasileiros o que havia de mais criativo no estudo do Direito Constitucional e, comprovando essa admiração, dedicou a sua principal obra, Direito Constitucional e Teoria da Constituição, aos seus alunos brasileiros.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO **CONJUR 24 OUT 2011**

Nada mais adequado, pois, do que prestar uma justa homenagem ao professor Canotilho, precisamente, no momento em que a Constituição de 1988 se vê ameaçada por mal explicadas propostas de assembleias constituintes. A Constituição brasileira, no resumo do grande jurista português, “foi um grito de modernidade ouvido trinta anos depois da criação de Brasília, um estatuto de contraste com a ditadura da qual o país se libertou.” Mas a nossa Constituição, como qualquer outra, lembra o mestre português, não tem capacidade suficiente, só por si, para fazer transformações sociais. Portanto, “o desencanto que pode haver, embora se debite à Constituição, é, na verdade, com os agentes concretos da vida do país. Os problemas estão nas ruas do país, não nos artigos da Constituição”.

Talvez seja essa a lição menos compreendida do mestre português: a Constituição não cria o paraíso pelo simples fato de existir, pois, aqui, como no Fausto do Goethe, a vida e a liberdade não são dádivas atribuídas por qualquer governo, ou documento escrito, e só as fazem por merecer os povos que as tem de conquistar todos os dias.

Néviton Guedes é desembargador federal do TRF da 1ª Região e Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra.